

A ÁFRICA E A COMUNIDADE FRANCESA

THEREZINHA DE CASTRO
do Conselho Nacional de Geografia

1 — A ÁFRICA E OS EUROPEUS

O processo de colonização do continente africano teve início no século XV com os grandes descobrimentos geográficos¹.

A queda de Constantinopla em poder dos turcos, levou Portugal à procura de novo caminho, que contornando a África o levasse ao comércio rendoso das Índias. Graças ao entusiasmo do infante D. HENRIQUE e a fundação da Escola de Sagres, a colonização europeia então restrita à faixa mediterrânea da África até o golfo de Guiné, pôde se estender por todo o litoral atlântico. Portugal convertia-se então, em grande metrópole africana.

Os espanhóis, outro grande povo navegador da época, buscava o Oriente pelo Ocidente e assim chegavam à América (1492).

Garantido por bulas papais, com relação aos descobrimentos, Portugal teve direito, pelo Tratado de Tordesilhas (1494) a uma parte do continente americano.

E a América, apesar de mais afastada do continente europeu, foi por seus habitantes primeiramente explorada e colonizada. Deve-se isto, às dificuldades de penetração na África, com rios de navegação impraticável na foz, de relevo alto nas proximidades da costa, o deserto do Saara ao norte, bem como a presença dos árabes já estabelecidos no continente.

A América porém, foi-se tornando independente (século XIX) e a Europa voltou suas atenções para a África. Tem início então a penetração europeia no continente, através de expedições científicas, precursoras da partilha política e colonização sistemática. Já haviam então se lançado a tal obra, não apenas portugueses e espanhóis, mas também holandeses, ingleses e franceses.

Em vésperas da 1.^a Grande Guerra, constituíam estados livres apenas a Abissínia e a Libéria; o restante do continente encontrava-se repartido entre os seguintes países: França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Portugal, Espanha, Itália e Turquia.

Com o término da 1.^a Grande Guerra a Alemanha retira-se da África, pois suas colônias foram distribuídas pela Sociedade das Nações, sob forma de mandatos, entre a Inglaterra, a França e a Bélgica².

O final da 2.^a Grande Guerra determina a derrocada do Império Italiano da África³. Apenas a denominada Somália Italiana, conseguiu a Itália reaver em 1949, sob forma de fideicomisso das Nações Unidas.

Com o correr do tempo processaram-se outras modificações, no mapa político da África. A substituição dos mandatos da Sociedade das Nações, seguiu-se o sistema de fideicomisso da ONU. Além da Libéria e da Abissínia (sob o nome

¹ Muito antes dos europeus aí chegarem, floresceu a brilhante civilização egípcia às margens do Nilo, seguida pela civilização fenício-cartaginesa. Os romanos não deixaram na África grandes traços de sua passagem. O que não aconteceu com os árabes que chegaram aí no século VII, exercendo ainda hoje grande influência cultural.

² Em 1912, a Turquia havia entregue à Itália, a Cirenaica e a Tripolitânia.

³ Foi principalmente o governo de MUSSOLINI que deu à Itália um vasto império na África Oriental, conquistando a Abissínia em 1936. O trabalho de construção deste espaço colonial teve início porém, em 1868, com o estabelecimento de uma Companhia Comercial Italiana no porto de Assab no mar Vermelho.

2 — A ÁFRICA E OS FRANCESES

No quadro político do continente africano, a França figurava depois da 2.^a Grande Guerra, como o primeiro país detentor de terras. A África Francesa ocupava uma área de 11 241 332 quilômetros quadrados com população de quase a metade do total do continente. Localizadas a noroeste principalmente, as colônias francesas aí integravam dois grandes conjuntos: o da África Ocidental Francesa (AOF) e o da África Equatorial Francesa (AEF). Além destes, também as ilhas de Madagascar, Comores e Reunião (territórios de ultramar).

O desejo de independência chegou também aos domínios franceses da África. E os principais problemas a esse respeito, a França teve que enfrentar no norte, onde estão sem dúvida alguma seus mais importantes territórios.

a) *Problema tunisiano*

Aliados em torno de Habib Burguiba, os nacionalistas tunisianos reclamavam autonomia interna, primeiro passo para sua independência. Porém, a nota de 15 de dezembro de 1951, pretendendo um regime de co-soberania franco-tunisiana determinou forte reação, por parte dos nacionalistas.

Por várias vezes, a questão da Tunísia foi levada pelos países árabes e asiáticos à ONU.

Em 1954 porém, Mendes-France, numa viagem feita ao norte da África declarou que reconheceriam os franceses a total autonomia interna da Tunísia, devidamente regulamentada por uma convenção. A 3 de junho de 1955 a Convenção Geral reconhecia a independência da Tunísia. A França continuaria a manter tropas na região para a defesa de seus nacionais, posteriormente concentradas apenas em Bizerta, para atender reclamações dos nacionalistas.

b) *Problema marroquino*

No Marrocos, onde o escol intelectual era menos numeroso, a situação dos nacionalistas tornou-se mais difícil. Estes formavam um partido chamado Istiklal liderado pelo sultão BEN YUSSEF.

Em 1953, um movimento é levado a efeito contra BEN YUSSEF e o Conselho de Ministros Francês decide exilá-lo, mandando-o para Madagascar. É colocado no trono, MOHAMED MULAY ARAFA, que se mostrou logo profundo desconhecedor dos problemas políticos.

Uma parte do Marrocos Espanhol protestou contra o ato unilateral da França, enquanto o Istiklal empreendeu a resistência, transformada num verdadeiro terrorismo.

O residente geral GILBERT GRANDVAL tentou um entendimento com líderes marroquinos pró-retorno de BEN YUSSEF, após abdicação voluntária de BEN ARAFA; isto provoca uma contra-manifestação dos franceses do Marrocos que culmina com a demissão de GRANDVAL. Sua idéia porém, era a única possível para o momento.

Restabelecido BEN YUSSEF em suas funções, dá-se a rápida mudança entre os componentes do partido Glauí, que passam então a apoiá-lo. Só assim foi possível a declaração comum de 6 de novembro de 1955, que reconhecia a independência do Marrocos, solenemente a 2 de março do ano seguinte.

Coube então ao sultão do Marrocos⁶ tomar posição definida em favor da independência algeriana.

⁶ O sultão passou a usar o título de rei desde 18 de agosto de 1957.

c) *Problema algeriano*

A Argélia, diferindo da Tunísia e do Marrocos jamais formou uma nação, pois ao lado dos oito milhões de muçulmanos vivem um milhão e duzentos mil europeus (de origem espanhola e francesa). Estes portanto, constituíram o partido contrário à criação de uma república algeriana muçulmana. Além disso, fazendo parte integrante do território francês, a Argélia seria problema de caráter interno.

A 1.º de novembro de 1954 era levado a efeito o "complot Toussaint" de resistência armada contra os franceses. Seu líder, ao que tudo indica era **BENBELLA**, refugiado no Cairo. Aliás, os comunistas e o Egito animaram o movimento através de apelos irradiados do Cairo.

A descoberta de importantes jazidas de petróleo no Saara (1956), aumentou ainda mais a vontade de assegurar a presença francesa na região.

A 15 de novembro de 1956, a Assembléia da ONU aceitava a inscrição da questão algeriana para debate. Num pleito bastante perigoso às pretensões francesas (34 votos contra 33 e 2 abstenções) foi rejeitado ao algeriano, a direção de seu próprio destino.

A Tunísia e o Marrocos resolveram então intervir para melhor poderem ajudar a Argélia. Marcaram para 22 de outubro de 1957 um encontro, em Túnis, para o qual foi convidado também **BENBELLA**. Porém, o avião onde viajavam **BENBELLA** e mais quatro líderes nacionalistas, seguindo instruções de oficiais franceses, aterrou na Argélia onde os cinco foram presos.

Este fato, fez se desencadear no Marrocos, principalmente, uma série de revoltas, nas quais 30 franceses foram trucidados. Só diante da ameaça da retirada em massa dos franceses do Marrocos, indispensáveis à economia do país, é que teve fim a fase de terrorismo.

O governo francês recorre então a uma tentativa de conciliação através da Lei-Quadro de 1957 que embora confirmasse a Argélia como parte integrante do território francês, criava assembleias territoriais, governos regionais e uma Assembléia Federativa com Conselho Executivo. Isto ocasionou a queda do gabinete Bourges-Maunoury, pois o projeto foi atacado como separatista.

As lutas armadas continuavam na Argélia, acusando uma cifra de mais de 30 mil mortos. Além das Nações Unidas, as conferências africanas de Acra e Tânger, reunidas em 1958, discutiam a questão. Na verdade a questão da Argélia continuava, em virtude da resistência de um milhão de colonos-proprietários franceses, revoltados contra soluções destinadas a transformá-los em estrangeiros, numa terra que há um século vinha sendo valorizada e enriquecida pelo seu trabalho.

A 13 de maio de 1958 estoura em Argel uma revolução promovida pelos franceses lá residentes, tendo auxílio do exército (generais Salan, Massu e Allard). Era uma ameaça de guerra civil. É então que os partidos entram num acôrdo e resolvem recorrer ao general **CHARLES DE GAULLE**. Este aceita mediante concessão de poderes excepcionais.

3 — GOVÉRNO DO GENERAL DE GAULLE

Afim de pôr em prática seus planos, **DE GAULLE** inicia seu govêrno com uma viagem às colônias africanas da França. Seu objetivo era uma explicação *in loco* da política que pretendia seguir. A vitória de **DE GAULLE** foi patenteada em sua eleição para presidente da V.ª República Francesa, a 21 de dezembro de 1958⁷. O cargo lhe era transmitido a 8 de janeiro do ano seguinte por **RENÉ COTY**.

⁷ O general **DE GAULLE** obteve 62 394 votos contra 10 355 de **GEORGES MARRANE** e 6 721 de **ALBERT CHATELET**.

A grande força moral e os plenos poderes entregues ao novo chefe do Estado Francês, levaram-no a resolver a situação colonial por meio de medidas, corajosas e drásticas.

Extinguia-se a União Francesa, para dar oportunidade à Comunidade Francesa, obedecendo ao princípio político segundo o qual interdependência, é situação mais importante que independência. É lançado também um desafio aos territórios coloniais; terão estes um prazo de seis meses para se decidirem — gozar de independência absoluta ou ficar unidos à França como “territórios ultramar” ou como “departamentos”. No caso da escolha recair sobre a independência como fez a Guiné, sob a liderança de SEKUTURÊ, a França lhe retirará todo o auxílio financeiro, técnico, cultural e econômico.

Quanto à Argélia, DE GAULLE apenas se refere à “sua estreita associação com a França Metropolitana”; qualificou a Tunísia e o Marrocos de Estados Livres ligados à Argélia e à França para o progresso comum.

4 — A COMUNIDADE FRANCESA

O Conselho Executivo da Comunidade Francesa reuniu-se em Paris para sua primeira sessão nos dias 3 e 4 de fevereiro de 1959, tendo sido instituídos dois novos órgãos — o Senado da Comunidade e a Côrte Arbitral formados por membros de toda a Comunidade. Cada Estado da Comunidade pode designar dois membros para representá-lo no Conselho Econômico e Social.

As decisões do Conselho Executivo, de ordem geral foram as seguintes: a política da Comunidade é una, com representação exterior única também; o exército encarregado da defesa da Comunidade é um só; no seio da Comunidade há uma única nacionalidade, língua oficial francesa, hino nacional a Marselhesa e a bandeira tricolor; o representante do presidente da Comunidade, em cada Estado, será nomeado pelo próprio presidente.

A primeira divisão básica dos territórios franceses foi constituída do seguinte modo:

- 1 — França Metropolitana e Argélia (14 departamentos)
- 2 — Departamento de Ultramar (Martinica, Reunião, Guadalupe, Guiana).
- 3 — Territórios de Ultramar (Somália, Comores, S. Pierre e Miquelon, Nova Caledônia, etc.)
- 4 — Repúblicas Novas: Federação Mali (Estado do Senegal, República Sudanesa, República Voltaica e Dahomé) e Repúblicas do Tchad, do Níger, da Costa de Marfim, do Congo, do Gabão, da Mauritânia, Malgaxe (Madagascar) e Central Africana (vide mapa).

No momento em que escrevemos este artigo (junho de 1959), é esta a situação da recém-constituída Comunidade Francesa, criada por força do nacionalismo africano, a exemplo da Grã-Bretanha.